

# Os ginecologistas, as pacientes e a prescrição da pílula do dia seguinte

**Levantamento feito na FCM mostra o peso de valores pessoais na abordagem da questão**

RAQUEL DO CARMO SANTOS  
kel@unicamp.br

**A** crença de que a pílula anticoncepcional de emergência, também conhecida como pílula do dia seguinte, pode provocar um “microaborto” constitui uma das principais barreiras que impedem a sua prescrição por parte dos ginecologistas, apontou estudo de mestrado apresentado na Faculdade de Ciências Médicas (FCM) pelo biólogo William Alexandre de Oliveira. “Isto significa que a percepção que os médicos têm sobre o mecanismo de ação deste tipo de anticoncepcional é um fator relevante para que eles informem ou o prescrevam para suas pacientes”, explica Oliveira. Pelo estudo, a maioria dos médicos ignorava as evidências de que o principal mecanismo de ação da pílula é evitar a fecundação por interferir com a ovulação.

Os resultados da pesquisa, segundo o biólogo, constituem o desdobramento do projeto Conhecimento, Atitude e Prática de Ginecologistas e Obstetras no Brasil, coordenado em 2005 pelo seu orientador, professor Aníbal Faúndes, no Cemicamp (Centro de Pesquisas em Saúde Reprodutiva de Campinas). No total, 3.337 ginecologistas e obstetras brasileiros responderam a um questionário com perguntas sobre aborto e sobre a pílula anticoncepcional de emergência. As questões referentes à pílula foram incluídas no questionário, justamente porque existe o conceito errôneo de que ela interferiria após a fecundação do óvulo e, por isso, seria abortiva.

Mesmo com evidências suficientes de que a pílula age antes da fecundação, o seu uso é associado à interrupção da gestação. “Observa-se



**A coorientadora, professora Maria José Duarte Osis, e o biólogo William Alexandre de Oliveira: abortos clandestinos poderiam ser evitados**

que existem ideias pré-concebidas difíceis de serem derrubadas. Não é falta de informação, mas são valores pessoais e questões de formação da pessoa”, explica a coorientadora do estudo, professora Maria José Duarte Osis. Ela acredita que muitos abortos clandestinos poderiam ser evitados, caso a prescrição do método fosse uma prática usual entre os profissionais de saúde. A professora ressalta ainda que os dados apurados podem servir como parâmetro para que sejam fomentadas discussões neste sentido.

A pílula anticoncepcional de emergência é indicada para aquelas mulheres que desejam evitar uma gravidez não planejada após uma relação sexual desprotegida. No entanto, o método criado pelo canadense Albert Yuzpe, em 1974, ainda encontra muitas barreiras para o seu uso. Formada por uma

combinação de estrógeno e progestágeno que impede a fecundação, a pílula precisa ser ingerida nas primeiras 72 horas após a relação sexual. Com isso, a preocupação dos profissionais de saúde, explica Oliveira, seria o uso indiscriminado, principalmente por parte dos adolescentes, que passariam a utilizar o recurso como rotina.

Desde 1996, a pílula foi introduzida pelo governo federal nas normas de assistência ao planejamento familiar. A partir de 2000, o Ministério da Saúde começou a adquirir o anticoncepcional para disponibilizar nos serviços que atendem mulheres que sofreram violência sexual e, em 2005, passou-se a abastecer as unidades básicas de saúde do país. Ainda assim o assunto continua a despertar dúvidas. “Não há procura pelo produto nos postos de saúde e observam-se as dificuldades

dos médicos em lidar com a situação. Mesmo com os esforços do Ministério da Saúde, a pílula continua trancada no armário”, afirma Maria José Osis.

Os dados da pesquisa mostraram que 91,4% declararam que informam suas pacientes sobre o método de emergência e 89,3% já tinham prescrito pelo menos uma vez no decorrer do exercício de sua profissão. Por outro lado, os números indicam que 22,3% acreditam no anticoncepcional como provocador de um microaborto, enquanto outros 56,8% crêem na prevenção da implantação do ovo. Apenas 20,8% dos médicos responderam acertadamente que a pílula anticoncepcional de emergência previne a fecundação, ou seja, age antes da fertilização.

Os dados mostram também que os médicos da região Nordeste informam e prescrevem menos do que os da região

Sul e Sudeste. Já os médicos inseridos no serviço privado de saúde estão mais propensos a informar e prescrever, enquanto os mantidos pelo SUS informam menos. Outro ponto destacado na pesquisa foi a experiência pessoal dos médicos, que teve relação direta com a indicação do método. Segundo a professora Maria José, aqueles que um dia fizeram uso do método tiveram mais iniciativa de informar e prescrever a pílula para suas pacientes. No entanto, apenas 24,7% usaram o anticoncepcional alguma vez na vida e a maioria, 73,6%, disse nunca ter precisado.

#### **Publicação**

Tese “Fatores associados à informação e a prescrição da pílula anticoncepcional de emergência (PAE) por ginecologistas e obstetras brasileiros

Autor: William Alexandre de Oliveira  
Orientador: Aníbal Faúndes

Unidade: Faculdade de Ciências Médicas (FCM)

## Estudo vê ‘Second Life’ como transmutação do velho mundo

**A** possibilidade de ser um milionário, comprar uma ilha e satisfazer todos os desejos materiais a qualquer preço, ainda que em um mundo virtual, alimentou o imaginário de mais de 10 milhões de usuários cadastrados no simulador virtual *Second Life*. Da época em que foi lançado no Brasil, em 2007, até se tornar o terceiro país em cadastros um ano depois, a ferramenta causou verdadeiro alvoroço entre aqueles interessados em “viver” uma nova vida, bem diferente daquela existente no chamado mundo real. Foram mais de 60 mil acessos entre 2007 e 2008. “No *Second Life* as pessoas realizam os sonhos e as fantasias possíveis e impossíveis na realidade, sem limite ao que se pretende”, declara a graduada em Letras Tais Aparecida Lima, que apresentou dissertação de mestrado sobre o assunto no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), orientada pela professora Maria José Rodrigues Faria Coracini.

Ela tomou como objeto de pesquisa matérias jornalísticas de veículos de comunicação impresso, que abordavam a criação identitária de usuários no simulador, e as propagandas feitas em sites, tudo para entender como o movimento se constituiu e foi apresentado ao público em geral. Ela parte do princípio de que os tra-



**Tais Aparecida Lima, autora do estudo: leis, regras e propriedades como no mundo real**

ços do gozo ou prazer emergem no simulador virtual, já que o fato de se realizar os desejos através de uma máquina supera todas as barreiras

possíveis. Ou seja, trata-se de um mecanismo da atualidade para mascarar as insatisfações dos sujeitos na vida, denominada por eles como real.

As facilidades para ser usado em rede e as informações passadas em português fizeram com que o interesse na ferramenta aumentasse.

Diferentemente do que ocorreu com outros simuladores, como o *The Sims*, que encontra um público bem específico. Tais observa, no entanto, que o *Second Life* não atingiu um grau de interação significativo como ocorre, por exemplo, nas redes sociais. Naquele espaço virtual, as pessoas pouco interagem com as outras e, na maioria das vezes, só acessam para satisfação individual e para liberar as fantasias.

Outra questão que Tais Lima apresenta na dissertação foi se o espaço constitui um novo mundo, como tanto se preconizou nas propagandas e matérias sobre o assunto. Em sua opinião, não se trata de algo novo, mas sim uma transmutação do velho. “É um novo formato, mas surge a partir do velho. Lá existem regras, propriedades, assim como no chamado mundo real. Ou seja, funciona num adiamento da realidade e virtualidade, já que reproduz características do ‘velho mundo’”, define.

(Raquel do Carmo Santos)

#### **Publicação**

Dissertação “Representações do Second Life: um [novo] mundo (des)virtualizado”

Autor: Tais Aparecida Lima

Orientador: Maria José Rodrigues Faria Coracini

Unidade: Instituto de Estudos da Linguagem (IEL)

Financiamento: CNPq e Fapesp